

Jornal O DIA SP

CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.

CNPJ (MF) 60.829.215/0001-41

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas da **CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.**, em sua sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Altamira do Paraná, 34, VI Jaguara, CEP 05118-020, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2.025. São Paulo, 17 de março de 2026. A Diretoria.

Santa Cruz Participações S/A.

CNPJ nº 60.890.746/0001-40 - NIRE 35.300.054.512

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede Social à Rua da Consolação, 1992 - 2º andar - conjunto 22 - Cerqueira César - São Paulo (SP), os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6404 de 15/12/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo, 16 de março de 2026. Rodolfo de Almeida Prado - Diretor Presidente.

Plajo S.A. Indústria e Comércio de Plásticos

CNPJ nº 61.160.180/0001-63

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia **30 de abril de 2026 às 16h00** na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, afirm de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** a) Elevação do aumento do capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 17 de março de 2026. **Vicente Baptista Bijarra** - Diretor Presidente.

Emprendimentos Imobiliários Caracol S.A.

CNPJ/MF nº 53.859.120/0001-05 - NIRE 35.300.055.578

Assembleia Geral Ordinária Convocação de Acionistas de Companhia Fechada.

Ficam convocados os acionistas da Companhia "Emprendimentos Imobiliários Caracol S.A." a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 16h30min, do dia 17 de abril de 2026, em sua sede, com endereço à Praça Joaquim Carlos, nº 03, Centro, na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CEP 13920-000, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 (um) ano (05/2026 a 04/2027) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2026; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas.

Pedreira, SP, 16 de Março de 2026.

Diretoria: Ana Tereza Lopes, Alexandre Magno dos Santos Gouveia e Marcelo José Maurício Brito.

Santana Administração de Bens Próprios S.A.

CNPJ/MF nº 00.278.328/0001-74 - NIRE 35.300.511.654

Assembleia Geral Ordinária Convocação de Acionistas de Companhia Fechada.

Ficam convocados os acionistas da Companhia "Santana Administração de Bens Próprios S.A." a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 14h30min, do dia 17 de abril de 2026, em sua sede, com endereço à Praça Joaquim Carlos, nº 03 B, Centro, na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CEP 13920-000, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 (um) ano (05/2026 a 04/2027) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2026; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas.

Pedreira, SP, 16 de MARÇO de 2026.

Diretoria: Ana do Carmo dos Santos Gouveia Lenz; Mateus Lopes e Sérgio Ruas Dias Maurício.

ETIQUETA ÚNICA TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 17.549.184/0001-46 - NIRE 35.30058752-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da Etiqueta Única Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 778, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 17.549.184/0001-46 e com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.30058752-9 ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **30 de março de 2026, às 12h00 (horário de Brasília)**, por meio de plataforma eletrônica, cujo link de acesso será oportunamente encaminhado pela Companhia aos acionistas, nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **ORDEM DO DIA:** I. aprovação das contas da administração; II. aprovação das demonstrações financeiras; III. destinação do resultado do exercício, incluindo eventual distribuição de dividendos; IV. ratificação dos atos da administração no período; V. apresentação de assuntos de interesse geral. **INFORMAÇÕES GERAIS 1.** A Assembleia será instalada e deliberará nos termos da Lei nº 6.404/76, do Estatuto Social da Companhia e do Acordo de Acionistas arado em sua sede. 2) Nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76 e do acordo de Acionistas da Companhia, não serão computados votos proferidos em desacordo com suas disposições. 3) Os documentos relativos à matéria constante da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. 4) O acionista poderá ser representado por procurador constituído na forma de lei e do Estatuto Social.

São Paulo, 19 de março de 2026.

Nelson Guimarães Barros Neto

Diretor Presidente

Etiqueta Única Tecnologia S.A.

Bioconverter

Fabricação e Locação de Equipamentos S/A

CNPJ 35.965.093/0001-73 - NIRE 35.300.591.534

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de junho de 2024

1. Hora, Data e Local: As 10:00 horas, do dia 14 de junho de 2024, na sede social da BIOCONVERTER FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S/A, situada na Av. Portugal nº 1.100, Bloco A-69, no Bairro de Itaqu, na Cidade de Itapevi, no Estado de São Paulo, CEP 06696-060/SP ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em razão da presença da totalidade dos Acionistas da Companhia. **3. Composição da Mesa:** o Sr. Nelson Naim Libbos, como o Presidente e o Sr. Arthur Pedro de Oliveira, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração do endereço da sede da Companhia; (ii) a consequente alteração do Artigo 3º do Capítulo I do Estatuto Social da Companhia; (iii) a atualização dos boletins de subscrição da Companhia ante as operações de compra e venda de ações entre os acionistas e a Companhia, conforme indicado em capítulo próprio abaixo; (iv) a consequente alteração do Artigo 5º, caput, do Capítulo II do Estatuto Social da Companhia; (v) a alteração do objeto social da Companhia; (vi) a consequente alteração do Artigo 2º do Capítulo I do Estatuto Social da Companhia; e (vii) a reforma parcial do Estatuto Social, incluindo o aumento do Capital Social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de agosto de 2023 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27 de outubro de 2023 sob o nº 421.206/23 8. **5. Resumo das Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, reservas ou restrições as matérias sem quaisquer ressalvas, indicadas abaixo. **5.1** Alteração do endereço da sede da Companhia. **5.1.1** Os acionistas aprovam a alteração do endereço da sede da Companhia para a Rua Goiás, nº 141, Chácara do Solar I (Fazendinha), Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06530-040. **5.2** Alteração do Artigo 3º do Capítulo I do Estatuto Social. **5.2.1** Diante da alteração do endereço da sede da Companhia, o Artigo 3º do Capítulo I do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro na Rua Goiás, nº 141, Chácara do Solar I (Fazendinha), Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06530-040, local em que exercerá as atividades descritas no Artigo 2º, podendo ser observadas as prescrições legais vigentes, criadas, organizadas, transferidas e extintas filiais, sucursais, escritório, representações e quaisquer outras dependências em qualquer parte do território nacional ou no exterior, à critério e deliberação dos acionistas." **5.3** Atualização dos Boletins de Subscrição. **5.3.1** A acionista Luciana Portolano adquiriu, mediante tesouraria pela a subscrição de ações mantidas em Companhia, 768 (setecentas e sessenta e oito) ações nominativas classe B, representativas, na data da operação, de 0,01% (zero virgula zero um por cento) das ações da Companhia. **5.3.2** A acionista Gina Blasserton Portolano adquiriu, mediante a subscrição de ações mantidas tesouraria pela Companhia, 768 (setecentas e sessenta e oito) ações nominativas classe B, representativas, na data da operação, de 0,01% (zero virgula zero um por cento) das ações da Companhia. **5.3.3** O acionista Ezequiel Figueira Jorge, cedeu e transferiu, através de instrumento particular, 38.398 (trinta e oito mil trezentos e noventa e oito) ações nominativas Classe A, representativas, na data da operação, a 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) das ações da Companhia, sendo: (i) 19.199 (dezenove mil cento e noventa e nove) ações ordinárias nominativas Classe A, cedidas à acionista Luciana Portolano e (ii) 19.199 (dezenove mil cento e noventa e nove) ações ordinárias nominativas Classe A, cedidas ao acionista André Luis Jung Serafini. **5.3.4** Os acionistas realizaram operações de compra e venda de ações, observando-se integralmente as regras previstas no Estatuto Social no que se refere à alienação de ações, especialmente em relação ao direito de preferência dos demais acionistas, razão pela qual foi aprovada a atualização dos Boletins de Subscrição das ações da Companhia, a fim de refletir as operações mencionadas, conforme os Anexos I, II e III. **5.4** Alteração do Artigo 5º do Capítulo I do Estatuto Social. **5.4.1** Diante das operações indicadas nos itens 5.3.1 e 5.3.2 acima, o Artigo 5º, caput, do Capítulo II do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 27.490.000,00 (vinte e sete milhões quatrocentos e noventa mil reais), sendo que (i) R\$ 22.185.532,26 (vinte dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e vinte e seis centavos) encontram-se totalmente subscritas e integralizados através do aporte de ativos, (ii) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), subscritos e que serão integralizados em moeda corrente nacional no prazo de 18 (dezoito) meses e (ii) R\$ 304.467,74 (trezentos e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta reais e quatro centavos), mantidos em tesouraria." **5.5** Alteração do Objeto Social da Companhia. **5.5.1** Os acionistas aprovaram a exclusão das seguintes atividades que não integram mais o seu objeto social: (i) a descontinuação e outros serviços de gestão de resíduos e (ii) o tratamento e a disposição de resíduos não perigosos/despejo de resíduos não perigosos em locais de disposição controlados ou vazadouros. **5.6** Alteração do Artigo 2º do Capítulo I do Estatuto Social. **5.6.1** Diante da aprovação da alteração do objeto social da Companhia nos termos do item 5.5.1 acima, o Artigo 2º do Capítulo I do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto social: (i) a locação de equipamentos para a digestão de resíduos orgânicos; (ii) a fabricação de equipamentos para a digestão de resíduos orgânicos, por conta de terceiros; (iii) a locação e venda de equipamentos para a digestão de resíduos orgânicos; (iv) a instalação e montagem de equipamentos e máquinas para a digestão de resíduos orgânicos; (v) a distribuição de produtos domissanitários e biorremediadores; (vi) assistência técnica e manutenção para os equipamentos relativos ao objeto social da sociedade e (vii) a participação em outras sociedades como sócio quotista e/ou acionista." **5.7** Reforma parcial e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5.7.1** Foi aprovada a reforma parcial do Estatuto Social da Companhia o qual, consolidado, passa a vigor na forma do Anexo IV à presente ata. **5.7.2** A consolidação do Estatuto Social inclui o aumento do Capital Social previsto na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de agosto de 2023 e cuja ata fora registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27 de outubro sob o nº 421.206/23-8. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária e lavrada a presente ata de forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo primeiro, da Lei 6.404/76, a qual após lida conferiu com o original que foi transcrito em livro próprio e assinada por todos os acionistas presentes. **7. Acionistas Presentes:** A presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2024, lavrada no livro próprio e assinada pela totalidade dos acionistas da Companhia. Cerrtido: confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 14 de junho de 2024. **Nelson Naim Libbos** - Presidente; **Arthur Pedro de Oliveira** - Secretário. JUCESP nº 329.120/24-4 em 04/09/2024.

ALTA Performance Materials do Brasil S. A

CNPJ (MF) Nº 72.930.332/0001-86

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2025. Araçaguama, 31 de dezembro de 2025

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025(Em Reais, centavos eliminados)		2025		2024	
ATIVO	2025	2024	PASSIVO	2025	2024
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.092.119	33.819.148	Fornecedores Nacionais	14.785.510	21.603.673
Duplicatas a Receber de Clientes	43.455.731	52.924.178	Fornecedores Estrangeiros	6.328.505	7.275.259
Estoques	35.492.435	37.582.326	Obrigações Fiscais	693.682	1.841.030
Impostos a Recuperar	21.678.253	20.064.662	Outras Obrigações	16.889.569	2.982.164
Demais Contas a Receber	554.122	2.590.100	Provisões	3.304.632	4.519.356
Despesas Antecipadas	-	-	(=)	42.001.897	38.221.482
(=)	147.607.381	147.230.009	NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			Edigível a Longo Prazo		
Realizável a Longo Prazo	-	-	Empréstimo Intercompanhia	-	52.518.206
Impostos a Recuperar	69.172	33.488	Outras Obrigações	13.410.662	-
Ativo Fiscal Diferido	1.375.609	1.537.293	(=)	13.410.662	52.518.206
(=)	1.444.781	1.570.781	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PERMANENTE			Capital Social	154.018.821	94.104.395
Imobilizado	57.732.480	52.438.501	Reservas de Lucros	10.638.025	33.431.787
(-) Depreciações Acumuladas	(37.348.043)	(33.633.944)	(=)	164.656.846	127.536.182
Intangível	51.436.553	51.436.553			
(-) Amortizações	(803.847)	(766.131)			
(=)	71.017.243	69.475.079			
TOTAL DO ATIVO	220.069.405	218.275.870	TOTAL DO PASSIVO	220.069.405	218.275.870

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais, centavos eliminados)		2025		2024	
HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2023	94.104.395	7.685.375	28.644.593	130.434.363	130.434.363
Lucro do exercício	-	-	8.601.819	8.601.819	8.601.819
Constituição de Reservas	-	430.311	(430.311)	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	(11.500.000)	(11.500.000)	(11.500.000)
Ajuste do Exercício Anterior	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/12/2024	94.104.395	8.115.686	25.316.100	127.536.182	127.536.182
Lucro do exercício	-	-	18.063.704,36	18.063.704,36	18.063.704,36
Constituição de Reservas	-	903.185,00	(903.185,00)	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	(20.000.000,00)	(20.000.000,00)	(20.000.000,00)
Aumento de Capital	59.914.426	-	(10.218.466,09)	(10.218.466,09)	(10.218.466,09)
Lucros destruidos para distribuição	-	-	(10.639.000,00)	(10.639.000,00)	(10.639.000,00)
Ajuste do Exercício Anterior	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/12/2025	154.018.821	9.018.871	1.619.154	164.656.846	164.656.846

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1 - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e o CPC-PMI 2). A apuração do resultado, ativos e passivos - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem encargos incorridos, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos pro rata temporis. Os estoques estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição, ou mercado, entre esses o menor. A administração efetuou análise dos valores dos Ativos e Passivos (notadamente contas a receber e fornecedores).

4 - Receita Operacional Líquida		2025		2024	
Receita Bruta no Mercado Interno	330.873.220	323.748.956	Receita Bruta no Mercado Externo	5.491.252	7.013.233
Impostos s/Vendas	(73.211.908)	(71.531.400)	Devoluções de vendas	(3.056.155)	(4.278.984)
Receita Líquida	260.956.409	254.951.805			

MARCELO HAMILTON SCHWARTZ DE MAGALHÃES - Controller SONIA HUNGARO LEITE - Controladora CRC-SP-263978/O-7

Vitacon 50 Desenvolvimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ 17.890.770/0001-50 - NIRE 35.300.464.036

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23.02.2026

DATA, HORA E LOCAL: 23 de fevereiro de 2026, às 09:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, 1673, 7º andar, Pinheiros, CEP 05422-012. **CONVOCAÇÃO:** Sanada a falta de publicação nos termos dos artigos 124, § 4º, 133, § 4º da Lei nº 6.404/76. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme assinaturas ao final da presente Ata e no livro próprio. **MESA:** Presidente Sr. Antonio Carlos Ferreira Rosa, Secretário Sr. Manoel Pereira da Silva Neto. **ORDEM DO DIA:** (a) Deliberar a respeito da redução do capital social da Companhia de R\$ 35.523.993,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e três reais) para R\$ 33.523.993,00 (trinta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e três reais), redução portanto de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com o correspondente cancelamento de 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, proporcionalmente à participação dos acionistas no capital social, por ser o capital excessivo em relação aos objetivos sociais; (b) Alteração do artigo 5º dos Estatutos Sociais; e (c) Outros assuntos de interesse da Companhia e (d) Outros assuntos de interesse da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, o acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, decidiram: a) Reduzir o capital social do valor atual de R\$ 35.523.993,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e três reais) para R\$ 33.523.993,00 (trinta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e três reais), redução portanto de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com o correspondente cancelamento de 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, proporcionalmente à participação dos acionistas no capital social, por ser o capital excessivo em relação aos objetivos sociais. b) Aprovar que o pagamento do valor correspondente à redução do capital social poderá ser feito aos acionistas em dinheiro ou mediante a dação de créditos detidos pela Companhia contra os próprios acionistas. c) Em virtude da deliberação mencionada no item "a", o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar como segue: "Artigo 5º - O capital social da sociedade, totalmente subscrito, é de R\$ 33.523.993,00 (trinta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e três reais), dividido em 33.523.993,00 (trinta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e três reais) ações nominativas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma." d) Aprovação da alteração do endereço da sede da Companhia para Rua dos Pinheiros, nº 1673, 7º andar, CEP 05422-010, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. e) Não houve outros assuntos relevantes que fossem objeto da Assembleia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, deu o Senhor Presidente por encerrada esta Assembleia, dela lavrando-se esta Ata, que lida e encontrada conforme segue assinada por todos os integrantes da Mesa e Acionistas da Companhia. Certifico que esta Ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio arquivada na sede da companhia. **ASSINATURAS:** Assinam esta Ata os Membros da Mesa: Presidente - Antonio Carlos Ferreira Rosa, Secretário Manoel Pereira da Silva Neto, e os Acionistas: VITACON PARTICIPAÇÕES S.A. - IMOBILIÁRIA SOB DO BRASIL PROJETOS IMOBILIÁRIOS LTDA. São Paulo, 23 de fevereiro de 2026. Mesa: ANTONIO CARLOS FERREIRA ROSA - Presidente da Mesa, MANOEL PEREIRA DA SILVA NETO - Secretário da Mesa. Acionistas Presentes: VITACON PARTICIPAÇÕES S.A., IMOBILIÁRIA SOB DO BRASIL PROJETOS IMOBILIÁRIOS LTDA

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.488.119

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM INSTITUIÇÃO DE REGIME FIDUCIÁRIO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. Titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com instituição de regime fiduciário, para distribuição pública, da 6ª emissão da Emissora, ("Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Instituição de Regime Fiduciário, para Distribuição Pública, da TraveSSia Securitizedora S.A. ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de março de 2026, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos desta Edital de Convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Aprovação da renúncia temporária pelas Debenturistas, em caráter excepcional e irreversível, do Evento de Resgate Antecipado Compulsório Automático das Debentures, caracterizado pelo não pagamento da parcela de remuneração e amortização das Debentures devida em 30 janeiro de 2026 ("Parcela Janeiro"), nos termos da cláusula 7.13.1, (i) da Escritura de Emissão de Debêntures; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, autorizar o pagamento da Parcela Janeiro, com a dispensa dos Encargos Moratórios previstos na cláusula 6.16 da Escritura de Emissão, via evento gerado junto à B3, no dia 20 de março de 2026, sendo certo que os Debenturistas receberão, no ato da emissão, o valor total de R\$ 960.735,40 (novecentos e sessenta e trinta e cinco reais e quarenta centavos); (iii) Deliberar sobre as medidas a serem tomadas com relação ao inadimplemento da parcela de remuneração e amortização das Debentures devida em 27 de fevereiro de 2026; e (iv) Autorizar o Agente Fiduciário e a Emissora, a realizar todo e qualquer ato necessário para a consecução das deliberações acima. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Debenturistas, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente na não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação da Ordem do Dia. (i) Aprovação da renúncia temporária pelas Debenturistas, em caráter excepcional e irreversível, do Evento de Resgate Antecipado Compulsório Automático das Debentures, caracterizado pelo não pagamento da parcela de remuneração e amortização das Debentures devida em 30 janeiro de 2026 ("Parcela Janeiro"), nos termos da cláusula 7.13.1, (i) da Escritura de Emissão de Debêntures; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, autorizar o pagamento da Parcela Janeiro, com a dispensa dos Encargos Moratórios previstos na cláusula 6.16 da Escritura de Emissão, via evento gerado junto à B3, no dia 20 de março de 2026, sendo certo que os Debenturistas receberão, no ato da emissão, o valor total de R\$ 960.735,40 (novecentos e sessenta e trinta e cinco reais e quarenta centavos); (iii) Deliberar sobre as medidas a serem tomadas com relação ao inadimplemento da parcela de remuneração e amortização das Debentures devida em 27 de fevereiro de 2026; e (iv) Autorizar o Agente Fiduciário e a Emissora, a realizar todo e qualquer ato necessário para a consecução das deliberações acima. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Debenturistas, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não

BALANÇO PATRIMONIAL - REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em milhares de reais)		Demonstração do fluxo de caixa	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		2025	2024
Ativo	Passivo	2025	2024
Circulante	Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	Fornecedores	117.766	108.038
Contas a receber de clientes	Emprestimos e financiamentos	152.992	158.025
Estoque	Arendamento mercantil	20.299	13.408
Impostos a recuperar	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	74.871	68.147
Despesas antecipadas	Impostos e contribuições a recolher	7.596	8.027
Dúvidas creditadas	Imposto de renda e contribuição social	17.175	11.402
Total do ativo circulante	Contas a pagar	35.215	17.867
	Dividendos a pagar	443.598	385.533
Não circulante	Não circulante		
Impostos a recuperar	Dividendos a receber	218.345	190.465
Depósitos judiciais	Emprestimos e financiamentos	47.892	34.539
Dúvidas creditadas	Arendamento mercantil	1.400	2.500
Imposto de renda e contribuição social	Contas a pagar	280.314	228.889
diferidos	Provisão para processos judiciais	181.137	127.882
	Total do passivo não circulante	2.901.314	2.238.889
Imobilizado	Patrimônio líquido	646.691	408.000
Intangível	Capital social	646.691	408.000
Ativo de direito de uso	Reservas de lucros	937.573	361.881
Total do ativo não circulante	Total do patrimônio líquido	944.264	768.881
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido	1.668.337	1.384.301

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Reservas de lucros	
Capital social	Reserva legal	Reserva de reserva de lucros	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2023	408.000	51.553	238.693
Lucro líquido do exercício	-	-	96.262
Constituição de reserva legal	4.813	-	(4.813)
Juros sobre capital próprio	-	-	(11.765)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(12.862)
Retenção de lucros	-	66.827	-
Em 31 de dezembro de 2024	408.000	56.366	305.515
Aumento de Capital	238.691	-	(238.691)
Constituição de reserva legal	-	11.666	-
Juros sobre capital próprio	-	-	233.227
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(11.666)
Retenção de lucros	-	-	944.264
Em 31 de dezembro de 2025	646.691	68.032	167.717
			(162.717)
			944.264

Demonstração do resultado		Notas Explicativas	
2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	1.780.085	1.413.367	
Custo dos produtos vendidos	(561.270)	(465.555)	
Lucro bruto	1.198.815	947.812	
Resultados (despesas) operacionais	(893.241)	(521.657)	
Com vendas	(893.241)	(521.657)	
Gêses e administrativas	(294.142)	(252.363)	
Outras receitas	5.052	5.340	
Líquidas	326.484	178.532	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	46.490	17.081	
Resultado financeiro	(58.651)	(72.164)	
Receitas financeiras	46.490	17.081	
Despesas financeiras	(58.651)	(72.164)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	314.323	123.449	
Imposto de renda e contribuição social	(76.069)	(25.398)	
Diferidos	(4.930)	(1.789)	
Lucro líquido do exercício	233.227	96.262	
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$	233,227	96,262	
Dados resultantes abrangentes	233,227	96,262	
Total do resultado abrangente do exercício	233,227	96,262	

EDG3 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 26.263.363/0001-00 - NIRE 35300218805

3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente Instrumento Particular e na melhor forma de direito: **Enrico Prado Leite**, RG nº 33.847.956-9 SSP/SP e CPF nº 215.727.268-22, ("Enrico"), Único sócio da sociedade empresária limitada denominada **EDG3 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 26.263.363/0001-00, inscrita no CNPJ nº 29.020.0216, e última alteração do Contrato Social arquivada sob o nº 1.157.635/23-4 em 08/08/2023 ("Sociedade"). **Resolve** alterar o Contrato Social da Sociedade ("Contrato Social"), de forma a deliberar o quanto segue: **I. Transformação de Tipo Societário:** 1.1. O sócio neste ato resolve, sem reservas, aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para uma sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 a 1.115 da Lei 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"). 1.2. Como consequência da transformação aprovada no item 1.1. acima, o sócio resolve, sem reservas, aprovar o cancelamento das atuais 1.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00, totalmente subscritas e integralizadas, e substituí-las por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que são integralizadas na forma do Boletim de Subscrição constante do Anexo I deste instrumento, conforme boletim de subscrição anexo ao presente instrumento como **Anexo I**. 1.3. O depósito de 10% do capital social previsto no artigo 80, inciso II da Lei das S.A., fica dispensado, considerando que as ações ordinárias nominativas sem valor nominal representativas da totalidade do capital social se encontram totalmente integralizadas no momento da transformação ora aprovada. **II. Aumento e Consignação do Integralização do Capital Social:** II.1. Ato subsequente, é deliberado o aumento do capital social da Sociedade no valor de R\$ 2.999.997,00, em moeda corrente nacional, dos atuais R\$ 3.000.000,00 para R\$ 3.999.997,00, mediante a emissão de 333.333 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,00 por ação, nos termos do artigo 170, inciso I da Lei 6.404/76. II.2. As ações emitidas nos termos do item II.1. são subscritas e integralizadas na forma do Boletim de Subscrição constante do Anexo II desta alteração, sendo certo que o Acionista Enrico renuncia ao seu direito de preferência para a aquisição de novas ações, nos termos do art. 174 da Lei 6.404/76. **III. Alteração da Denominação:** Tendo em vista a deliberação tomada no item 1.1. acima, é aprovada a alteração da razão social da Sociedade para "**EDG3 Administração e Participações S/A**" (referida doravante como "Companhia"). **IV. Eleição dos Diretores:** Fica eleito para o cargo de diretor da Companhia o Sr. **Enrico Prado Leite**, RG nº 33.847.956-9 SSP/SP, CPF nº 215.727.268-22, para um mandato de prazo de 2 anos a contar da presente data, sendo permitida a reeleição. **IV.2.** O diretor ora eleito é empossado em seu cargo nesta data, por meio da assinatura do termo de posse constante do **Anexo III**, e aceita o cargo para o qual foi eleito, declarando que não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou por virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por qualquer crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme declaração constante do termo de posse anexo. **V. Aprovação do Estatuto Social:** V.1. Em razão das deliberações anteriores, é aprovada, na íntegra, o Estatuto Social, que passa a reger a Companhia a partir da presente data, anexo ao presente instrumento como **Anexo IV**. V.2. Para fins da transformação da Sociedade para o tipo societário de sociedade por ações, foram mantidos todos os bens, direitos e obrigações da Sociedade, sendo que o objeto social da Sociedade permanece inalterado, conforme constante do Estatuto Social da Companhia. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 vias. São Paulo, 21/05/2024. **EDG3 Administração e Participações Ltda.**, Por: Enrico Prado Leite; Diretor Eleito: **Enrico Prado Leite**; Visto do Advogado: **Tiago Franco da Silva Gomes** - OAB/SP nº 249.822. **JUCESP** - NIRE 3530064116-7 - registro nº 254.217/24-2 em 26/06/2024. **Maria Cristina Frei** - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração - Artigo 1.** **EDG3 Administração e Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regendo-se por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Artigo 2.** A Companhia tem por objeto social a administração, compra e venda de bens próprios e a participação em outras empresas, explorando atividade empresarial economicamente organizada, sendo, portanto, uma sociedade empresária, nos termos do artigo 966 e 982 dos artigos do Código Civil (Lei 10.406/2002). **Artigo 3.** A Companhia tem sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 15ª Andar - CJ. 152 (Parte), Vila Olímpia, SP/SP, CEP 04547-005. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5.** O capital social é de R\$ 3.999.997,00, dividido em 1.333.333 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **§1º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia, que não reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade. **§2º.** Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§3º.** A propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **§4º.** Na ocasião de aumento do capital social da Companhia, os acionistas terão direito de preferência para subscreverem as novas ações, na proporção da sua respectiva participação no capital social, observadas as disposições da Lei das S.A. e dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, conforme aplicável. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 6.** A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente dentro dos 4 primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre o disposto no artigo 132 da Lei das S.A. e as matérias previstas neste Estatuto Social, sem prejuízo de demais assuntos incluídos na ordem do dia em qualquer e, extraordinariamente, sempre que interesses e assuntos sociais exigirem deliberação das acionistas, e nos termos da Lei das S.A., deste Estatuto Social e de eventual acordo de acionistas. **Artigo 7.** A convocação dos acionistas será feita com a observância da antecedência mínima de 8 dias da data da realização da Assembleia Geral e, na falta de quórum de instalação, far-se-á segunda convocação com antecedência mínima de 5 dias. **Artigo 8.** O edital de convocação deverá estabelecer a respectiva ordem do dia e o anúncio de convocação deverá incluir: (i) a data, hora, e local da Assembleia Geral; (ii) a ordem e pauta do dia, com o detalhamento necessário para a identificação precisa dos temas objeto da deliberação; e (iii) cópias de todos os documentos e propostas relacionados aos temas incluídos na ordem do dia e qualquer documentação adicional necessária ao conhecimento e análise das deliberações objeto da Assembleia Geral. **§ Único.** Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das S.A. **Artigo 9.** As deliberações em Assembleia Geral, salvo as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social e em eventual acordo de acionistas, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. **§ Único.** As deliberações das Assembleias Gerais serão lavradas em atas, todas assinadas pelos acionistas presentes, presidente e secretário da mesa e registradas no respectivo Livro de Atas de Assembleias Gerais, das quais será extraída uma cópia, que será registrada na Junta Comercial competente. **Capítulo IV - Administração - Artigo 10.** A administração da Companhia competirá à Diretoria. **Artigo 11.** A Diretoria será composta por 1 membro. O Diretor será eleito para mandato com prazo de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **§ Único.** A remuneração do Diretor será fixada pela Assembleia Geral. **Artigo 12.** A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, bem como todos os atos que impliquem obrigações para a Companhia ou liberação de terceiros de obrigações para com a Companhia, dependem da assinatura do Diretor, ou de dois procuradores constituídos na forma deste Estatuto Social. **§1º.** As procurações serão sempre outorgadas por um Diretor e por prazo de validade não superior a 1 ano, com exceção daquelas para fins judiciais. **§2º.** Em juízo ou em simples acatamento de assuntos de interesse da Companhia perante repartições públicas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionárias de serviços públicos, a companhia poderá ser normalmente representada por um único mandatário constituído por prazo certo e com poderes especificados no instrumento de mandato, vedado o substabelecimento. A limitação de prazo e vedação ao substabelecimento aqui previstas não se aplicam a procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observado, em qualquer caso, o disposto em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 13.** O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não é permanente, somente será instalado pela Assembleia Geral, a pedido dos acionistas na forma da lei. **§ Único.** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 membros efetivos e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Reservas e Lucros - Artigo 14.** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 15.** Ao final de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas na Lei das S.A. **§ Único.** A Diretoria elaborará as demonstrações financeiras semestrais, bimestrais, mensais ou relativas a períodos menores, conforme as disposições legais aplicáveis e o disposto no presente Estatuto Social. **Artigo 16.** Do lucro líquido apurado no exercício social será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido. O saldo que resultar, após as deduções acima, terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral. **Artigo 17.** Os dividendos não reclamados prescreverão, em proveito do fundo de reserva da Companhia, em 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas. **Capítulo VII - Dissolução, Liquidação e Extinção - Artigo 18.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhe os poderes e remuneração. **Capítulo VIII - Acordo de Acionistas - Artigo 19.** Este Estatuto Social deve ser lido e interpretado em conjunto com eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, sendo certo que, em caso de conflito ou divergência entre este Estatuto Social e qualquer outro acordo de acionistas e/ou acordo entre os acionistas, as disposições de eventual acordo de acionistas prevalecerão, e os acionistas deverão aprovar uma alteração deste Estatuto Social dentro de 30 (trinta) a contar do pedido de qualquer acionista, de forma a eliminar tal conflito ou divergência.

Renato Spallicci - Diretor Presidente
Adriana Oberth - Contador - CRC: 13P125165/0

JUPIRA - MINERAÇÃO E AGRO-PECUÁRIA S.A.

CNPJ 48.697.973/0001-58 - NIRE: 35.3.0036516-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Data, hora e local da realização: 10/12/2025, às 15:15 horas, na sede social, na Fazenda Jupira, Estrada Municipal de Porto Feliz / Boituva Bairro Jupira , no município de Porto Feliz, SP. **Composição da Mesa:** Presidente: José Pilon, Secretário: Alexandre Pilon. **Presenças:** Acionistas representando 95,90% das ações com direito a voto que compõem o Capital Social, conforme assinaturas constantes no livro de "Registro de Presença de Acionistas", constatando-se, dessa forma, a existência de "quórum" necessário para a instalação da Assembleia e para as deliberações que constam da Ordem do Dia. **Publicações prévias:** a) Edital de Convocação publicado nos dias 29, 30 de novembro e 01 de dezembro, 02 e 03 de dezembro de 2025, respectivamente, no jornal "O Dia", nas modalidades impressa nas páginas 05, 05 e 05, respectivamente e digital, nas páginas 01, 01 e 01, respectivamente, além de convocação individual aos acionistas; **Ordem do Dia: Extraordinária:** a) Deliberação sobre a distribuição e pagamento de dividendos, nos termos da Lei nº 15.270/2025; b) Deliberação sobre a proposta da Diretoria para aumento do capital social com bonificações de ações; c) Discussão de outros assuntos do interesse social. **Deliberações:** a) Quanto a matéria constante da alínea "a", da Ordem do Dia, os acionistas presentes, de forma unânime, sem quaisquer ressalvas e com abstenção dos legalmente impedidos, aprovaram a distribuição e formas de pagamento de dividendos, no valor total de R\$ 9.800.000,00, sendo R\$ 7.000.000,00 referente a distribuição da conta de lucros acumulados até 2024 e R\$ 2.800.000,00, conforme balanço levantado em 31/10/2025. Em tempo, foi deliberado neste contexto, a ratificação dos dividendos já distribuídos e não pagos do ano de 2020 no valor de R\$ 10.000.000,00, totalizando a distribuição no valor de R\$ 19.800.000,00. Desse total, R\$ 9.000.000,00, já foram pagos antecipadamente em 28/11/2025, restando o saldo de dividendos a pagar de R\$ 10.800.000,00, com previsão de pagamento proporcional a participação de cada acionista até 31/12/2026, conforme Lei 15.270/2025. b) Quanto a matéria constante da alínea "b", da Ordem do Dia, os acionistas presentes, de forma unânime, sem quaisquer ressalvas e com abstenção dos legalmente impedidos, aprovaram o aumento do Capital Social mediante capitalização parcial do saldo da conta de reservas de lucros acumulados, no valor total de R\$ 8.000.000,00, elevando-o dos atuais R\$ 12.000.000,00 totalmente integralizado, para R\$ 20.000.000,00, com a emissão de mais 8.000.000 de novas ações, todas com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizadas neste ato, as quais foram atribuídas gratuitamente aos **Acionistas**, na proporção das ações por eles detidas, conforme Anexo I, tendo sido aprovado por unanimidade a nova redação para o "Caput" do Artigo 6º do Estatuto Social, como segue: "Artigo 6º - O Capital Social da sociedade é de R\$ 20.000.000,00, totalmente integralizado e dividido em 20.000.000 de ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma." c) Fica consignado que os acionistas deliberam aprovar o pagamento dos dividendos acumulados, bem como aumentar o capital social, em conformidade com as disposições da Lei nº 15.270, recentemente promulgada, cuja aplicação exige a adoção imediata das medidas cabíveis pela Companhia. Considerando a redação da referida lei e, por princípio da especialidade, fica consignado que sua incidência suspende, de forma excepcional e temporária, a aplicação do artigo 205 da LSA, exclusivamente para permitir o pagamento de dividendos acumulados até o ano de 2028, observados integralmente os ditames legais específicos. Tendo em vista que se trata de legislação nova, sujeita a eventuais alterações posteriores, à edição de regulamentação complementar ou normas interpretativas pelas autoridades competentes, fica registrado que a presente deliberação poderá ser revista, ajustada ou complementada, a qualquer tempo, de modo a assegurar a plena conformidade da Companhia com futuras disposições legais ou regulatórias. Fica, ainda, autorizado a Diretoria a adotar todas as providências necessárias para implementação desta deliberação e promover os ajustes que se tornarem necessários em razão de modificações normativas supervenientes que impactem o presente ato. d) Quanto à matéria constante da alínea "c", da Ordem do Dia, referente a outros assuntos de interesse social, não houve manifestações ou deliberações por parte dos presentes. **Encerramento:** No extintivo manifestações, o presidente encerrou a assembleia, passando-se à lavratura da ata. **Lavratura e Letura da Ata:** Lavrada e lida a presente Ata, foi ela aprovada por unanimidade e sem quaisquer ressalvas pelos acionistas presentes. Cerquilha, 10 de dezembro de 2025. Ass: José Pilon, Presidente da Mesa, Alexandre Pilon, Secretário da Mesa. **Acionistas presentes as:** Valdeu Participações S/A, representada pelo Diretor Presidente Sr. Marcelo Arraval, S.Pilon Participações S/A, representada pelo Diretor Presidente Sr. Paulo Roberto Pilon, Leomar Empreendimentos e Participações Ltda., representada pela sócia-administradora Sra. Maria de Lourdes Beneton Pilon, MLGPilon Participações S/A, representada pelo Diretor Vice Presidente Sr. Carlos Renato Goyotto Pilon, CRPilon Participações S/A, representada pelo Diretor Presidente Sr. Carlos Renato Goyotto Pilon, NPilon Participações S/A representada pelo Diretor Presidente Sr. Nelson Pilon, PDPilon Participações S/A, representada pela Diretora Presidente Sra. Ana Lúcia Corradi Mazer, LVP Participações S/A, representada pelo Diretor Vice-presidente Sr. José Pilon e pela Diretora vice-presidente o Sr. José Roberto Pilon. A presente Ata é cópia fiel extraída do Livro de Atas de Assembleias Gerais de Jupira - Mineração e Agro-Pecuária S/A. **Jose Pilon** - Presidente da Mesa; **Alexandre Pilon** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 53.740/26-9 em 23/02/2026, Marina Centurion Dardini - Secretária Geral. **Boletim** De Subscrição, Integralização E Atribuição Das Novas Ações Emitidas No Aumento De Capital Deliberado Por Age De 10/12/2025, Subscritas Proporcionalmente Pelos Acionistas E Integralizadas No Ato Com Aproveitamento De Parte Do Saldo De Reserva De Lucros No Valor De R\$ 8.000.000,00 (Ações Ordinárias Nominativas no Valor Nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma) JUPIRA - MINERAÇÃO E AGRO-PECUÁRIA S/A BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DAS NOVAS AÇÕES EMITIDAS NO AUMENTO DE CAPITAL DELIBERADO POR AGE DE 10/12/2025, SUBSCRITAS PROPORCIONALMENTE PELOS ACIONISTAS E INTEGRALIZADAS NO ATO COM APROVEITAMENTO DE PARTE DO SALDO DE RESERVA DE LUCROS NO VALOR DE R\$ 8.000.000,00 (Ações Ordinárias Nominativas no Valor Nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma).

Acionistas	Antes do Aumento do Capital		Ações Novas Emitidas, Subscritas e Integralizadas com Reserva de Lucros		Posição Final após Aumento de Capital	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
01 - V.R.P Administração e Agropecuária S/A	2.184.388	18,203230%	1.456.258	18,203230%	3.640.646	18,203230%
02 - Gpilon Participações S/A	1.591.530	13,262750%	1.061.020	13,262750%	2.652.550	13,262750%
03 - S. Pilon Participações S/A	1.192.179	9,943156%	795.452	9,943156%	1.988.631	9,943156%
04 - Npilon Participações S/A	944.281	7,869008%	629.521	7,869008%	1.573.802	7,869008%
05 - Nirceu Pilon Participações S/A	944.281	7,869008%	629.521	7,869008%	1.573.802	7,869008%
06 - Valdeu Participações S/A	796.473	3,320600%	265.648	3,320600%	664.121	3,320600%
07 - Vieira da Cruz e Pilon Participações S/A	796.947	3,320625%	531.298	6,641225%	1.328.245	6,641225%
08 - Leomar Empreend. e Participações Ltda.	886.320	7,386000%	590.880	7,386000%	1.477.200	7,386000%
09 - ALCM Participações S/A	121.736	1,772801%	141.824	1,772801%	354.560	1,772801%
10 - Ppilon Participações S/A	341.138	2,842820%	227.426	2,842820%	568.564	2,842820%
11 - Ppilon Participações S/A	492.711	4,159925%	332.474	4,159925%	831.185	4,159925%
12 - Mlgpilon Participações S/A	374.312	3,119267%	249.541	3,119267%	623.853	3,119267%
13 - O.P.F. Participações S/A	487.911	4,065925%	325.274	4,065925%	813.185	4,065925%
14 - Valmir Pilon	321.215	2,676792%	214.143	2,676792%	535.358	2,676792%
15 - CRilon Participações S/A	104.902	0,874184%	69.935	0,874184%	174.837	0,874184%
16 - Cláudia Regina Goyotto Pilon	92.866	0,773884%	61.911	0,773884%	154.777	0,773884%
17 - J. Helena Participações S/A	148.791	1,239925%	99.194	1,239925%	247.985	1,239925%
18 - LVP Participações S/A	79.545	0,662875%	53.030	0,662875%	132.575	0,662875%
19 - MB International Participações Ltda.	398.474	3,320625%	265.650	3,320625%	664.124	3,320625%
Total	12.000.000	100,00%	8.000.000	100,00%	20.000.000	100,00%

Cerquilha, 10 de Dezembro de 2.025. **José Pilon** - Presidente da Mesa; **Alexandre Pilon** - Secretário da Mesa

BRZ INFRA S.A.
CNPJ/MF nº 44.493.514/0001-00
Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais							
Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	
		2025	2024	2025	2024		Nota Explicativa
Circulante						Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	1	31.806	59.242	Fornecedores e outras contas a pagar	
Contas a receber e outros recebíveis	8	-	-	322.386	278.981	Empréstimos e financiamentos	
Estoques	-	-	-	18.460	12.819	Provisões e encargos trabalhistas	
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	-	1.570	1.709	Obrigações fiscais	
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	11.617	8.036	Adiantamento de cliente	
Despesas antecipadas	-	-	-	1.771	2.806	Total do passivo circulante	
Total do ativo circulante						Não circulante	
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	
Contas a receber e outros recebíveis	8	6.801	1.685	34.898	15.915	Provisões para contingências	
Permanente	-	-	-	-	-	Total do passivo não circulante	
Investimentos	9	432.307	427.893	-	-	Patrimônio líquido	
Imobilizado	10	-	-	43.782	61.970	Capital social	
Intangível	11	-	-	43.661	43.661	Reserva legal	
Total do ativo não circulante						Reserva de lucros	
				439.108	429.578	Total do patrimônio líquido	
Total do ativo						Total do passivo e patrimônio líquido	
				439.108	429.579	439.108	429.579

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais						
	Capital social		Reservas		Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	Legal	Lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2024						
Resultado do exercício	-	-	1.510	28.699	1.907	342.398
Constituição de reservas	-	-	95	1.812	(1.907)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024						
Resultado do exercício	-	-	1.605	30.510	4.319	344.305
Constituição de reservas	-	-	-	-	(4.319)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025						
			312.190	1.822	34.614	348.626

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A BRZ Infra S.A. é uma sociedade anônima, constituída no dia 19 de novembro de 2021, com sede localizada na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, conjuntos 61 e 62, sala 02, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou quotista, bem como prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial, administrativa e/ou financeira.

Controladas / Coligadas	País	Controle	Participação	
			2025	2024
Dreen Engenharia S.A.	Brasil	Direto	100,00%	
Engibras Engenharia S.A.	Brasil	Direto	100,00%	
Mach Infra S.A.	Brasil	Direto	100,00%	

2 Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 05 de março de 2026. **b) Consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Sociedade e as suas controladas foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as empresas objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (iv) cálculo de participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando relevante. Diferenças de práticas contábeis entre as controladas e a controladora, quando aplicável, são ajustadas às práticas contábeis da controladora, para fins de consolidação. O Grupo controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos Variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder na investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis da consolidada a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações contábeis da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados nos observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social:** (i) Imposto diferido: O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 08, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	-	1	13	625
Aplicações financeiras	-	-	31.793	58.617
			31.806	59.242

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes Público / Misto	-	-	176.036	103.732
Partes relacionadas - operações mensais	6.801	1.685	181.248	191.164
	6.801	1.685	357.284	294.896

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo não circulante	6.801	1.685	34.898	15.915

Os saldos com partes relacionadas referem-se a contratos de conta corrente entre as empre-

Composição da Diretoria		
Diretora Presidente - Elaine Cristina Ferreira	Diretor - Felipe Soares Verdi	Contador
		Claudio Berloffo Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da BRZ Infra S.A. e empresas consolidadas - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da BRZ Infra S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRZ Infra S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgação, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envol-

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024				
	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	-	-	558.288	494.747
Custo dos serviços prestados	-	-	(508.303)	(441.277)
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	49.985	53.470
Despesas operacionais				
Administrativas e gerais	(94)	(52)	(34.134)	(35.655)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	-	748	595
	-	-	(33.386)	(35.060)

Demonstrações do resultado abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(94)	(52)	16.599	18.410
Receitas financeiras	-	-	1	2.383
Despesas financeiras	(1)	(1)	(9.618)	(13.700)
Despesa financeira líquida	(1)	-	(7.235)	(12.260)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	4.414	1.959	-	-
Resultado antes dos impostos	4.319	1.907	9.364	6.150
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(4.243)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(5.045)	-
Resultado do exercício	4.319	1.907	4.319	1.907
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	4.319	1.907	4.319	1.907
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado do exercício	4.319	1.907	4.319	1.907

Demonstrações do resultado abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	4.319	1.907	4.319	1.907
Resultado abrangente total	4.319	1.907	4.319	1.907
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	4.319	1.907	4.319	1.907
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente total	4.319	1.907	4.319	1.907

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024				
	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	4.319	1.907	4.319	1.907
Depreciação e amortização	-	-	22.288	33.635
Resultado da equivalência patrimonial	(4.414)	(1.959)	-	-
	(95)	(52)	26.607	35.542

Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	(5.114)	(1.594)	(62.388)	27.519
Estoques	-	-	(5.641)	(3.883)
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	11	139
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(3.581)	(3.830)
Despesas antecipadas	-	-	1.035	(2.045)

Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar	1	(1)	9.696	(28.404)
Provisões e encargos trabalhistas	-	-	9.443	7.134
Obrigações fiscais	1	(8)	1.018	4.344
Provisão para contingências	-	-	838	(161)
Adiantamento de cliente	-	-	(679)	804

Caixa líquido das atividades operacionais				
	(5.207)	(1.644)	(23.713)	37.202

Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
imobilizado	-	-	(4.100)	(5.727)
Intangível	-	-	-	28.391
Caixa líquido das atividades investimentos	-	-	(4.100)	22.664

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	5.207	1.644	377	(22.849)
Caixa líquido das atividades investimentos	5.207	1.644	377	(22.849)

Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa				
	-	-	(27.436)	37.017
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	1	59.242	22.225
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1	1	31.806	59.242

Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa				
	-	-	(27.436)	37.017

cas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber e outros créditos	6.801	1.685	357.284	294.896
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1	31.806
Saldo em 31 de dezembro	6.801	1.686	389.090	354.138

Contas a receber e outros recebíveis: A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente e das características do empreendimento negociado. A Companhia analisa novos e atuais clientes através de revisões periódicas que inclui informações de empresas de crédito (quando disponíveis), referências bancárias, documentações de cadastro e histórico do cliente. A gestão de risco entende que não há limite para aprovação de crédito em função da alta garantia do negócio que são os imóveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e empresas consolidadas detinham caixa e equivalentes de caixa de R\$ 31.806 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 59.242 em 2024), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha. **Garantias:** A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para garantia de empréstimos e financiamentos captados para investimento em negócios relacionados à atividade desta Companhia e de pessoas ligadas. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora as exigências de fluxo de caixa. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista e/ou recebíveis de curto prazo suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto prazo, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** A Companhia adota uma política de análise de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos. **Gerenciamento do capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido. **17 Outras Informações:** Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

18 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeriam ajustes em suas demonstrações contábeis.

Contador	
Claudio Berloffo Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O	

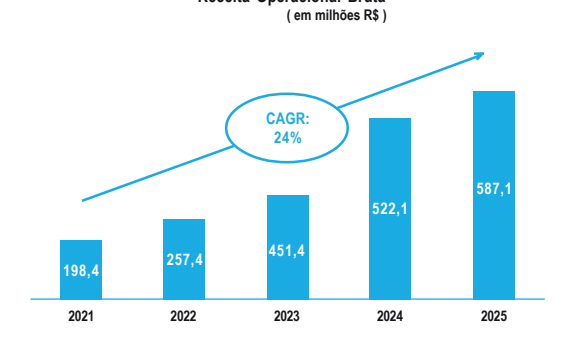
Presidente Prudente, 05 de março de 2026.

Approach Auditores Independentes S/S		Leandro Antonio Marini P	
--------------------------------------	--	--------------------------	--

Mensagem da Administração 2025

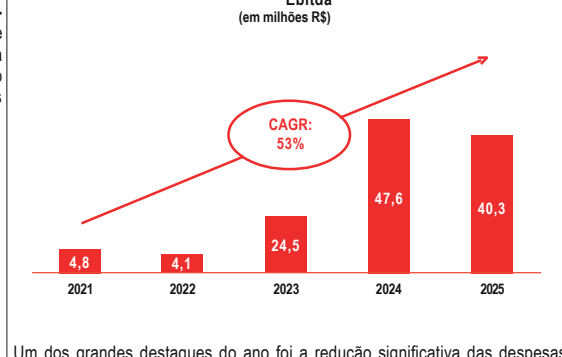
A Engibras Engenharia encerra o exercício de 2025 consolidando sua trajetória de crescimento sustentável e eficiência operacional. Ao longo deste ano, superamos novos marcos em nosso planejamento estratégico, entregando valor aos nossos acionistas, clientes e colaboradores por meio de relações confiáveis e excelência técnica. Desempenho Econômico-financeiro: O ano de 2025 foi marcado pela expansão da nossa capacidade produtiva e pelo rigoroso controle de custos. A Receita Operacional Bruta consolidada alcançou R\$ 587,1 milhões, representando um crescimento sólido de aproximadamente 12% em relação aos R\$ 522,1 milhões registrados em 2024.

Receita Operacional Bruta



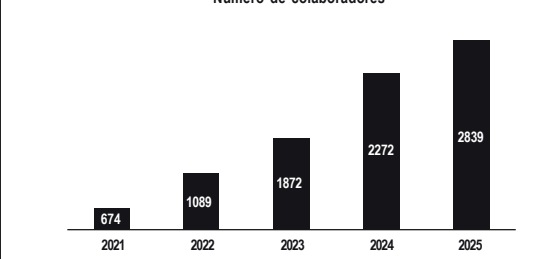
Mantivemos a robustez da nossa performance operacional, com uma geração de caixa (EBITDA) de R\$ 40,3 milhões.

Ebitda



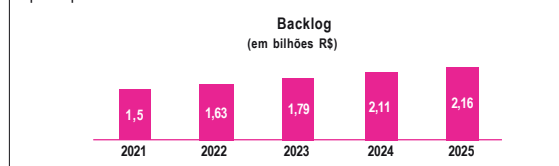
Um dos grandes destaques do ano foi a redução significativa das despesas financeiras líquidas, que passaram de R\$ 12,3 milhões em 2024 para R\$ 7,2 milhões em 2025. Esta melhoria de 41% na eficiência financeira foi fundamental para o fortalecimento do nosso caixa e permitiu que o Resultado Antes dos Impostos apresentasse um salto expressivo de 37% comparado ao exercício anterior. Gente, Cultura e Reconhecimento: Nosso compromisso com a valorização das pessoas permanece no centro de nossa estratégia, expandimos a assistência médica para 100% dos colaboradores. Crescemos nossa equipe para atender à crescente demanda de projetos, atualmente com mais de 2.800 colaboradores.

Número de colaboradores



A excelência da Engibras foi reconhecida pelo mercado com prêmios de prestígio, incluindo o selo de Empresas de Valor, pelo Valor Econômico, e a presença no ranking de Lugares + Incríveis, do Estadão. Reafirmamos nossa posição como um excelente lugar para trabalhar, focando no desenvolvimento profissional e em um ambiente de integridade e transparência. Compromisso com o Impacto Social e ESG: A Engibras reafirma sua crença de que a engenharia é uma ferramenta para construir futuros, integrando os princípios ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Em 2025, trabalhamos com a mão de obra local em nossos projetos, fortalecendo economias regionais através de parcerias estratégicas. Nosso marco deste exercício foi a consolidação do programa Mulheres nas Obras, que alcançou a meta de 10% de participação feminina no canteiro - superando a média setorial - com a contratação de 211 profissionais e o oferecimento de mais de 200 horas de capacitação técnica qualificada. Nossa gestão de pessoas e relação com as comunidades baseia-se na escuta ativa, refletindo-se em ações que transcendem os muros das obras. Backlog e assistência ESG: Mantivemos a saúde da nossa carteira, com um Backlog na ordem de R\$ 2,2 bilhões, concentrado principalmente em setores de infraestrutura crítica como urbanização, saneamento e mobilidade urbana. Para

2026, nossa diretriz estratégica segue focada na inovação contínua e na expansão para a iniciativa privada, garantindo o equilíbrio do fluxo de caixa e a geração de impacto positivo na sociedade.



Encerramento e Agradecimentos: Concluímos o exercício de 2025 com a certeza de que a Engibras não apenas entregou obras de infraestrutura, mas consolidou um legado de valor e confiança. Um ano de superação, marcado pelo recorde de receita de R\$ 587 milhões, pela otimização da nossa estrutura financeira, pelo reconhecimento do mercado, que só foi possível graças à união de esforços de todos que compõem o nosso ecossistema. Expressamos nossa gratidão aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, parceiros e equipes. Agradecemos pela parceria ética e pelo alinhamento aos nossos padrões sociais e de conformidade, garantindo que cada insumo entregue carregue consigo o selo de responsabilidade da Engibras. Para 2026 a Engibras consolida sua solidez com perspectiva de superar os R\$ 650 milhões em receita bruta, resultado pautado pela eficiência operacional e equilíbrio financeiro. Reafirmamos, acima de tudo, nosso compromisso com o impacto positivo nas comunidades onde estamos presentes, compromisso com qualidade saúde e segurança, e busca permanente por inovação. Perpetuando o legado de desenvolvimento sustentável através do fortalecimento da mão de obra local, da equidade de gênero no canteiro e de projetos socioambientais que transformam a realidade social e educacional do nosso entorno.

Engibras Engenharia S.A. Administração

Table with columns: Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais. Rows include Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido, Circulante, Não circulante, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with columns: Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Rows include Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados, Lucro bruto, Despesas operacionais, Resultado antes das despesas financeiras líquidas, Resultado financeiro líquido, Resultado de equivalência patrimonial, Resultado antes dos impostos, Resultado do exercício.

Table with columns: Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Total do fluxo de caixa.

Table with columns: Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais. Rows include Capital Social, Reserva Legal, Reserva de lucros, Resultado do exercício, Total.

Table with columns: Demonstração do Resultado Abrangente. Rows include Lucro do Período, Outros Resultados Abrangentes, Outros resultados abrangentes.

Table with columns: Fluxo de caixa das atividades operacionais. Rows include Resultado do exercício, Resultado da equivalência patrimonial, Depreciação, Aumento (Diminuição) em ativos operacionais, Aumento (Diminuição) em passivos operacionais.

1. Contexto Operacional: A Engibras é uma sociedade anônima, constituída no dia 26 de julho de 2016, com sede localizada na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, conjuntos 61 e 62, sala 03, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obra de Barragens, Hidrelétricas, Usinas Nucleares, Obras Portuárias, Aeroportuárias, Rodovias e Edificações; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio, representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (h) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) manutenção e montagem industrial de plantas diversas, exceto óleo e gás; (m) prestação de serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou costista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (p) acima. A Companhia possui participação de 100% no capital da Arko Logística Ltda. que tem como atividade principal a locação de máquinas e equipamentos, tratores, caminhões veículos automotivos em geral para terraplanagem, pavimentação, mineração e construção, com e sem operação.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 27.

12 Intangível

Table with columns: Consolidado, Custo, Amortização acumulada, Líquido, Líquido, Taxas anuais de amortização (*). Rows include Software, Marcas e patentes.

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), quando aplicável, nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04.

13. Fornecedores e outras Contas a Pagar

Table with columns: Controladora, Consolidado, Fornecedor, Valor. Rows include Fornecedores nacionais, Direitos subempreiteiros, Subempreiteiros c/ retenção INSS, Outras contas a pagar.

14. Empréstimos e Financiamentos

Table with columns: Modalidade, Tipo de Encargo, Controladora, Consolidado. Rows include Capital de giro PÓS Fixado - CETIP 100%, Mutuo.

15. Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social

Table with columns: Participação %, Ações, Integralizado. Rows include BRZ Infra S/A.

15.2 Reserva Legal: Conforme previsto no estatuto social da Sociedade a empresa mantém 5% do lucro líquido à título de Reserva Legal. A reserva legal acumulada no exercício de 2025 é de R\$ 907 (2024 - R\$ 760).

16. Receitas Operacionais

Table with columns: Controladora, Consolidado, Receita de obras públicas, Receita de obras privadas, Receita de obras públicas - Consórcios, Direitos a faturar, Outros.

17. Despesas Administrativas

Table with columns: Controladora, Consolidado, Serviços de terceiros, Despesas com pessoal, Depreciação/Amortização.

18. Resultado Financeiro

Table with columns: Controladora, Consolidado, Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Despesas bancárias, Despesas financeiras - Consórcios, Variação Cambial.

19. Instrumentos Financeiros: A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui qualquer operação com derivativos. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social, reservas e lucros acumulados) conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral: Em geral as Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

em erro, e emitir relatório de auditor



TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Antiga BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, da Tivio Capital - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Tivio Capital ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
A Tivio Capital é uma gestora de recursos independente, especializada em investimentos alternativos e estruturados. Com uma trajetória que remonta a 1999, quando foi fundada como BV Asset, e renomeada como Tivio Capital em 2023, acumulamos mais de duas décadas de experiência na criação e estruturação

de produtos de investimento inovadores no Brasil.
Resultado de uma parceria estratégica entre o Bradesco e o Banco BV, a Tivio Capital se destaca por sua atuação nas verticais de Transição Energética, Imobiliário e Agricultura. Essas áreas são suportadas por pilares transversais de Crédito (High Grade e High Yield), Investment Solutions, Credit Solutions e Research, garantindo uma abordagem robusta e diversificada para atender às necessidades de nossos clientes.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, possuía sob sua gestão R\$ 30,7 bilhões, distribuídos em 90 fundos, atendendo um total de 45.455 cotistas.

No exercício de 2025, a Tivio Capital registrou Prejuízo de R\$ 73,1 milhões, patrimônio líquido de R\$ 3,7 milhões e ativos totais de R\$ 134 milhões.
A Tivio Capital contrata e faz gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.
Agradecemos o apoio e confiança de nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ mil			
	Nota	Em 31 de dezembro de 2025	
Ativo			
Disponibilidades		273	8.089
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	2.526	8.089
Títulos e valores mobiliários		2.526	109.540
Ativos financeiros ao custo amortizado	5 e 8	10.200	2.205
Aplicações interfinanceiras de liquidez		10.200	10.330
Rendas a receber	9	11.517	130.164
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito	9	(5.788)	19
Outros ativos		39.579	149.402
Impostos a compensar	26.d	2.188	(145.655)
Créditos tributários	26.a	62.564	3.747
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	11	3.328	
Direito de uso, líquido de depreciação	12	7.397	
Intangível, líquido de amortização	13	127	
Total do ativo		133.911	133.911

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ mil			
	Nota	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Receitas da intermediação financeira			
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	8.b	1.042	3.054
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7	76	2.180
Resultado bruto da intermediação financeira		1.118	5.234
Outras receitas/(despesas) operacionais		(28.606)	(52.654)
Receita de prestação de serviços	20	36.528	63.309
Despesa de pessoal	21	(49.646)	(64.937)
Despesas administrativas	22	(17.195)	(40.643)
Despesas tributárias	23	(2.895)	(5.552)
(Constituição)/Reversão de provisão para passivos contingentes	16	(5.003)	(1.151)
Reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	9	1.272	3.998
Outras receitas operacionais	24	8.456	12.609
Outras despesas operacionais	25	(413)	(237)
Resultado operacional		(27.488)	(47.420)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(27.488)	(47.420)
Imposto de renda e contribuição social	26.e	(31.903)	(25.632)
Prejuízo do período		(59.391)	(73.052)
Prejuízo básico por ação em R\$	19.c	(1,44)	(1,91)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - R\$ mil		
	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Prejuízo do período	(59.391)	(73.052)
Resultado abrangente do período	(59.391)	(73.052)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - R\$ mil		
	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado antes dos tributos	(27.488)	(47.420)
Ajustes ao resultado antes dos impostos	(1.656)	(8.773)
(Reversões) de provisões associadas ao risco de crédito	(1.272)	(3.998)
Depreciações e amortizações	2.080	4.200
Apropriação dos juros do arrendamento	622	1.308
Baixa de ativo imobilizado	58	58
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	5.003	1.151
Atualização de depósitos em garantia	(65)	(110)
Indenização por acordo contratual	(8.082)	(11.382)
(Aumento)redução nas variações patrimoniais	33.455	34.148
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.621	27.621
- Títulos e valores mobiliários	(2.488)	(729)
- Ativos fiscais	(109)	881
- Outros ativos	11.088	20.785
- Passivos fiscais	505	(290)
- Outros passivos	14.458	(14.120)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(5.689)	(22.045)
Fluxo de caixa e equivalentes de investimento:		
Pagamento de passivo por arrendamento	(1.930)	(3.677)
Aquisição de imobilizado de uso	(568)	(613)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.498)	(4.290)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento de capital social	-	16.320
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	16.320
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(8.187)	(10.015)
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	18.660	20.485
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	10.473	10.473
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(8.187)	(10.015)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).
Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos e cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício.
As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades em moeda nacional		273
Total de disponibilidades (caixa)		273
Aplicações interfinanceiras de liquidez		10.200
Total de caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾		10.473

⁽¹⁾ Referem-se às operações compromissadas realizadas diariamente pela Tivio cujo objetivo é a manutenção diária do fluxo de caixa da Instituição.

ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO				
	Prazo indeterminado	Valor justo	Em 31 de dezembro de 2025	
			Valor de custo atualizado	Ganhos/(Perdas) não realizadas
Cotas de fundo de investimento imobiliário	2.494	2.494	2.494	-
Cotas de fundo de investimento em participação	31	31	31	-
Ações de companhias fechadas	1	1	1	-
Total geral	2.526	2.526	2.526	-

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Receita de juros com aplicações em títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	76	2.180
Total	76	2.180

⁽¹⁾ Esse resultado foi impulsionado, principalmente, pelo ganho reconhecido na venda das ações da Galgo.

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ			
a) Composição e prazos	Em 31 de dezembro de 2025		
	1 a 30 dias	Total	
Aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada			
Letras do tesouro nacional	10.200	10.200	
Total	10.200	10.200	
b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez			
	2º Semestre 2025	Exercício de 2025	
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	1.042	2.583	
Depósitos interfinanceiros	-	471	
Total	1.042	3.054	

RENDAS A RECEBER		Em 31 de dezembro de 2025
Serviços prestados a receber		11.181
Reembolso a receber - Fundos		336
Total		11.517

Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito		Em 31 de dezembro de 2025
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito - Serviços prestados a receber		(6.555)
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito - Reembolso a receber - Fundos		(133)
Total ⁽¹⁾		(5.788)

⁽¹⁾ Durante o período, foram registradas reversões na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, decorrentes principalmente do recebimento de valores anteriormente em atraso relacionados aos Fundos Nova Raposo e BVEP, resultando na reversão de R\$ 1.272 no resultado do 2º semestre 2025 e R\$ 3.998 no exercício de 2025.

OUTROS ATIVOS				
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Adições	Depreciação acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Instalações	2.201	-	(438)	1.763
Móveis e equipamentos de uso	278	45	(35)	288
Sistema de comunicação	76	-	(20)	56
Sistema de segurança	33	-	(8)	25
Sistema de processamento de dados	935	568	(249)	1.196
Total	3.523	613	(59)	3.328

IMOBILIZADO DE USO				
a) Composição por classe de imobilizado de uso	Em 31 de dezembro de 2025			
	Taxa Anual	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	10 a 25%	2.201	(1.206)	1.763
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.204	(1.916)	288
Sistema de comunicação	20%	1.471	(1.415)	56
Sistema de segurança	20%	139	(114)	25
Sistema de processamento de dados	20%	4.957	(3.761)	1.196
Total		11.740	(8.412)	3.328

MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO IMOBILIZADO DE USO POR CLASSE				
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Adições	Depreciação do período	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Imobilizado	2.201	-	(438)	1.763
Instalações	2.201	-	(438)	1.763
Móveis e equipamentos de uso	278	45	(35)	288
Sistema de comunicação	76	-	(20)	56
Sistema de segurança	33	-	(8)	25
Sistema de processamento de dados	935	568	(249)	1.196
Total	3.523	613	(59)	3.328

DIREITO DE USO				
a) Composição do direito de uso	Em 31 de dezembro de 2025			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Adições/(Baixas)	Depreciação do período	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ativos de direito de uso	10.458	(3.061)	7.397	7.397
Contrato de aluguel	10.458	(3.061)	7.397	7.397
Total	10.458	(3.061)	7.397	7.397

continua ->

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ mil			
	Capital Social	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2024	133.082	(73.653)	59.429
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23	-	1.050	1.050
Saldos em 01 de janeiro de 2025	133.082	(72.603)	60.479
Aumento de capital	16.320	-	16.320
Prejuízo do período	-	(73.052)	(73.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	149.402	(145.555)	3.747
Saldos em 30 de junho de 2025	149.402	(86.264)	63.138
Prejuízo do período	-	(59.391)	(59.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	149.402	(145.655)	3.747

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - R\$ mil

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Tivio Capital - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Tivio Capital ou Instituição), integrante do Conglomerado Bradesco, é uma empresa de capital fechado, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300 - Sala 7, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, que tem como objeto social principal intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar carteiras e fundos de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen).
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente em 2025.
As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.
A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.
As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.
Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2026.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações em depósitos interfinanceiros, quanto ao vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 05.
d) Ativos e passivos financeiros
i) Ativos financeiros
A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.
A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR).
- **Modelo de negócio:** Configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros são avaliados nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPJJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados pelo VJR.
- **Teste SPJJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.
Nesse sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e os juros se referem à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados pelo VJR.
- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado**
Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração pelo custo amortizado ou pelo VJORA, são classificados como mensurados pelo VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados pelo VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descaamentos contábeis.
Os ativos financeiros mensurados pelo VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.
Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados pelo VJR são reconhecidas em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".
- **Mensurados por meio de outros resultados abrangentes**
São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPJJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, pelo valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.
A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.
A Instituição pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de perdas e ganhos subsequentes relativos a este ativo.
- **Mensur**



TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Antiga BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

→ * continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

13. INTANGÍVEL

a) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Em 31 de dezembro de 2025		
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada
Softwares adquiridos	4	(4)	—
Licença de uso	20%	11.363	(11.236)
Softwares desenvolvidos	20%	1.096	(1.096)
Total		12.463	(12.336)

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

Intangível	Saldo contábil em 1º de janeiro de 2025	Amortização do período	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2025
Licenças de uso	516	(389)	127
Total	516	(389)	127

14. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

a) Passivo de Arrendamento

Passivo de arrendamento	Saldo contábil em 1º de janeiro de 2025	Atualizações no fluxo do contrato	Pagamentos/Aproprações	Em 31 de dezembro de 2025
Contrato de aluguel	13.165	93	(3.677)	9.582
(-) Juros a apropriar	—	(12)	1.308	(1.492)
Total	10.377	81	(2.369)	8.089

A mensuração do passivo de arrendamento considerou o prazo de 5 anos, equivalente ao período de vigência do contrato de aluguel vigente. O ajuste a valor presente foi efetuado por meio da aplicação de uma taxa de desconto de 13,84% ao ano, estimada pela Controladora Bradesco.

15. OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro de 2025
Provisões para despesa com pessoal (1)	46.462
Provisões judiciais (2) - Nota 16	39.910
Provisões para participação nos lucros e resultado	20.664
Provisões para despesas administrativas	2.312
Outros pagamentos	192
Total	109.540

(1) A rubrica de Provisões para despesa com pessoal é representada pelos valores contabilizados de férias, gratificações e remunerações variáveis.

(2) A rubrica de provisões judiciais é explicada e detalhada na nota explicativa 16.

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas - Prováveis

Provisões judiciais	Em 31 de dezembro de 2025
Demandas trabalhistas (1)	9.211
Demandas fiscais (2)	30.515
Demandas cíveis (3)	184
Total	39.910

(1) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

(2) Do montante total de R\$ 30.515, aproximadamente R\$ 28 milhões decorrem, principalmente, dos efeitos da discussão jurídica relacionada à incidência de PIS e COFINS sobre a desmutualização. Os R\$ 2 milhões remanescentes referem-se a provisão de PIS e COFINS calculada com a exclusão do ISS da base de incidência desses tributos.

(3) O valor refere-se a uma ação cautelar relacionada a prejuízos causados por obras.

b) Movimentação das provisões

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	29.306	5.078	4.375	38.759
Constituições	—	—	—	289
Reversão de provisão (1)	(186)	(9.679)	(2.785)	(12.650)
Atualizações	1.273	285	56	1.614
Saldo em 31 de dezembro de 2025	30.515	185	9.210	39.910

(1) Dos montantes apresentados na rubrica de reversões, R\$ 1,4 milhão referem-se a pagamentos efetuados relacionados a demandas de natureza trabalhista, enquanto R\$ 7,9 milhões correspondem a demandas cíveis.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

	Em 31 de dezembro de 2025
Demandas trabalhistas (1)	653
Demandas fiscais (2)	55.166
Demandas cíveis (3)	289
Total	56.108

(1) Tratam-se, principalmente, de ações judiciais envolvendo pedidos de indenização, horas extras, descaracterização de jornada e adicionais de função.

(2) Os casos de maior relevância referem-se à cobrança de contribuições previdenciárias (INSS) incidentes sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a empregados, relativas ao exercício de 2014, e à exigência de ISS sobre receitas decorrentes da exportação de serviços.

(3) A demanda de maior materialidade, no montante de R\$ 250 mil, consiste em Ação Ordinária na qual são formuladas alegações de inadequação na gestão dos Fundos Eros, atribuídas à Asset.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Em 31 de dezembro de 2025
Impostos sobre folha a recolher	1.613
Impostos sobre faturamento a recolher	448
Impostos retidos de terceiros a recolher	144
Total	2.205

18. OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro de 2025
Valores a Pagar - Acordo Contratual (1)	4.582
Valores a Pagar - CVM	2.795
Ressarcimento despesas de fundos	1.589
Fornecedores	784
Outros passivos	580
Total	10.330

(1) Refere-se a valores a pagar por acordo contratual firmado com o Banco BV (SPA).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 12 de maio de 2025 ocorreu o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, após a aprovação do Banco Central do Brasil referente ao aumento de capital social da Instituição no valor de R\$ 16.320, no qual passou de R\$ 133.082 para R\$ 149.402 com emissão de 8.864.073 novas ações. O Capital social da Instituição em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 149.402 representado por 41.141.463 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros e prejuízos

Acumulados Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva Legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 20% do Capital Social. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Em virtude do prejuízo obtido em 2025 a Tivio não constituiu reserva legal para este período. Em 31 de dezembro de 2025 a Instituição não apresenta saldo para esta rubrica.

Reserva de lucros

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja retida na "Reserva de lucros", com a finalidade de fazer distribuição de resultados ou sua capitalização. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para compensar prejuízos.

Prejuízos acumulados

Eventual prejuízo apurado ao final do exercício pode ser absorvido por lucros acumulados, reservas de lucros (exceto Reserva Legal) e reservas de capital, nesta ordem. Os prejuízos acumulados também podem ser absorvidos por redução de capital previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução BCB nº 66/2021.

c) Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da instituição, pela média ponderada de ações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2025 o resultado negativo obtido foi de (R\$ 1.44), sendo o resultado total de (R\$ 59.391) dividido por 41.141.463 ações. Para o exercício em 31 de dezembro de 2025 o resultado negativo por ação obtido foi de (R\$ 1,91), sendo que o prejuízo foi de (R\$ 73.052) dividido por 38.186.772 ações.

20. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Administração e Gestão de recursos de terceiros	28.792	54.053
Estruturação	4.775	4.775
Receitas com parceiros comerciais	2.144	2.860
Rendas de serviço de custódia	—	710
Assessoria	97	97
Outros serviços	720	814
Total	36.528	63.309

21. DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Proventos	(23.440)	(38.797)
Encargos sociais	(6.018)	(16.189)
Participação nos lucros e resultados	(12.431)	(14.823)
Benefícios	(3.612)	(6.783)
Honorários e pró-labore	(2.973)	(5.833)
Previdência complementar	(606)	(1.396)
Despesas com demandas trabalhistas	(494)	(950)
Treinamentos	(72)	(166)
Total	(49.646)	(84.937)

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Serviços técnicos especializados	(5.422)	(14.234)
Processamento de dados	(3.556)	(7.478)
Indenizações cíveis	(761)	(5.977)
Depreciação e amortização	(2.080)	(4.200)
Promoções e relações públicas	(577)	(1.165)
Viagens	(395)	(1.007)
Manutenção e conservação de bens	(240)	(463)
Despesa com ocupação	(214)	(433)
Publicações, propaganda e publicidade	(284)	(337)
Comunicações	(86)	(253)
Material	(53)	(199)
Água, energia e gás	(98)	(190)
Seguros	(59)	(152)
Serviços de terceiros	(63)	(146)
Transportes	(27)	(60)
Serviços do sistema financeiro	(19)	(33)
Outras (1)	(3.265)	(4.316)
Total	(17.199)	(40.643)

(1) A linha "Outras" é representada por montantes referentes a eventos, encargos financeiros sobre arrendamento e pagamentos referente a estruturação de fundos.

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
COFINS	(1.454)	(2.677)
PIS	(236)	(435)
ISS	(927)	(1.522)
Outras despesas tributárias	(278)	(916)
Total	(2.895)	(5.552)

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Indenização por acordo contratual SPA - Receita	8.082	11.382
Recuperação de encargos e despesas	222	865
Atualização de tributos	87	230
Atualização de depósitos em garantia	65	110
Outras receitas	—	22
Total	8.456	12.609

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Despesas com demandas fiscais	(18)	(131)
Perdas Operacionais	(41)	(95)
Varição cambial passiva	(35)	(36)
Prejuízo na venda de bens e ativos	(25)	(25)
Total	(119)	(287)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Crédito tributário - Total de ativos fiscais reconhecidos

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realizações/ (Baixas)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Diferenças temporárias	41.570	4.438	(8.466)	37.542
Provisões para contingências	19.653	2.601	(3.656)	18.598
Provisões para remuneração variável e PLR	21.547	1.557	(4.810)	18.294
Outras provisões (1)	370	280	—	650
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	46.626	19.396	(41.000)	25.022
Total dos créditos tributários	88.196	23.834	(49.466)	62.564
Imposto de renda	46.882	12.944	(30.212)	29.614
Contribuição social	41.314	10.890	(19.254)	32.950

(1) Outras provisões são representadas pelo crédito tributário oriundo de provisões operacionais e contas a pagar.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Instituição realizou estudo técnico-tributário para avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Com base nos prejuízos apurados e nas projeções de resultados futuros, concluiu-se que não há evidência suficiente de geração de lucro tributável que permita a compensação integral do estoque de créditos tributários registrados.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria e o Conselho da Administração deliberaram pela baixa de R\$ 41.000 referentes a créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

b) Crédito tributário - total não ativado

Em decorrência da baixa mencionada no item anterior, em 31 de dezembro de 2025 a Tivio apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 102.500.

c) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo fiscal e Base negativa

Ano	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e Base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	8.292	7.870	—	—	16.162
2027	2.493	2.237	—	—	4.720
2028	2.483	2.237	1.813	638	7.171
2029	479	288	1.451	957	3.175
2030	479	288	2.539	1.436	4.742
2031	—	—	2.630	2.393	5.023
2032	—	—	635	2.393	3.028
2033	—	—	—	3.031	3.031
2034	—	—	—	3.350	3.350
2035	—	—	—	1.756	1.756
	6.329	4.077	—	—	10.406

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 54.260 mil.

d) Impostos a Compensar

	Em 31 de dezembro de 2025
Saldo negativo de IRPJ	393
Impostos a compensar	1.795
Total	2.188

e) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(27.488)	(47.420)
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) às alíquotas vigentes	(10.995)	(18.968)
Outros valores (1)	42.898	44.600
Imposto de renda e contribuição social do período	31.903	25.632

(1) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de baixa contábil no montante de R\$ 41.000, referente a créditos tributários registrados sobre prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A referida baixa foi efetuada em consonância com os critérios de recuperabilidade previstos nas normas contábeis aplicáveis aos tributos sobre o lucro, considerando a reavaliação das projeções de resultados tributáveis futuros e a consequente expectativa de realização desses ativos fiscais.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução BCB nº 2/20, a Instituição também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores do Controlador Indireto. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Ativos	Em 31 de dezembro de 2025			Controlador Direto (1)	Controlador Indireto (2)	Total
	Controlador Direto (1)	Controlador Indireto (2)	Total			
Disponibilidades	—	252	—	—	14	266
Rendas a receber	—	—	—	1.151	—	1.151
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	—	—	10.200	—	—	10.200
Títulos e valores mobiliários	—	—	31	2.494	—	2.5



TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Antiga BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

★ continuação

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO DE 2025

O Comitê se reuniu com os auditores independentes para discussão e deliberação acerca dos seus trabalhos, analisando a natureza, época e extensão dos principais procedimentos de auditoria, bem como os riscos identificados.

O Comitê analisou os resultados da avaliação formal da auditoria independente para apuração da qualidade, do escopo e do volume das informações prestadas e não foram identificadas situações que pudessem prejudicar a independência dos auditores independentes.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes sobre as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno, realizou o exame e análise das demonstrações financeiras anuais, elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e normas e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, que emitiu opinião não modificada (sem ressalvas), bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante as reuniões realizadas, os membros do Comitê julgam que as demonstrações financeiras do exercício de 2025 estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 13 de março de 2026

Herculano Anibal Alves

Coordenador do Comitê de Auditoria

Jorge Andrade Costa

Membro do Comitê de Auditoria

José Danúbio Roza

Membro Qualificado do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Tivio" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026

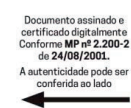


KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Juliana Viegas Scardosa

Contadora CRC 1SP-295328/O-2



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 19/03/2026. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/A61A-BDBE-E247-EF7A> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A61A-BDBE-E247-EF7A



Hash do Documento

6CE1AAFCCB9A7FF49FBA23B2A1F714F8A759F0A349DA7FFB68DD08654CF0D63B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/03/2026 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 19/03/2026 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.6464825 Longitude: -46.5569245 Accuracy: 212

IP: 172.16.4.5

AC: AC Certisign RFB G5

